



EXEMPLOS DE ABUSOS CORPORATIVOS E RECOMENDAÇÕES PARA A CAMPANHA DA ACTIONAID

"Somos a farinha no trigo, o trigo no seu macarrão, o sal nas suas batatas fritas. Somos o algodão na sua roupa, o reverso do seu tapete e o fertilizante na sua plantação" - Cargill, uma grande empresa internacional de alimentos.

Muitas empresas transnacionais de alimentos e de produtos agrícolas cresceram tanto e ficaram tão poderosas que ameaçam os direitos dos agricultores pobres e das comunidades rurais dos países em desenvolvimento. Até mesmo nos países ricos, a maior parte dos agricultores não estão sendo tratados de maneira justa.

Gigantes dos alimentos, tais como a Monsanto, Parmalat, Unilever, Nestlé e Asda Wal-Mart, assumiram o controle da cadeia alimentar global. Essas empresas conseguiram um controle sem precedentes sobre nossos alimentos da semente à prateleira do supermercado:

- seis empresas controlam mais de três quartos do mercado global dos pesticidas;
- cinco corporações controlam 90% do comércio mundial de grãos;
- quatro companhias detêm 75% do comércio varejista de alimentos no Reino Unido.

Do chá matinal, passando pelas barras de chocolates e até o litro de leite umas poucas empresas transnacionais acumulam os benefícios do nosso comércio mundial de alimentos. Em muitos casos, agricultores e produtores no início da cadeia de alimentos estão sendo prejudicados. As trabalhadoras, que constituem 90% da força de trabalho que fornece frutas e verduras para exportação nos países em desenvolvimento, têm tido seus direitos violados.

Pesquisas da ActionAid mostram que as empresas estão:

- baixando os preços pagos aos agricultores;
- levando os pequenos agricultores à falência;
- ignorando os direitos de algumas comunidades.

Os investimentos das companhias transnacionais podem trazer benefícios, porém necessitamos de regulamentações para assegurar que essas empresas respeitem os direitos dos pequenos agricultores e das comunidades com as quais trabalham.

A ACTIONAID EXIGE

- obrigações legais, nacionais e internacionais, para as empresas promoverem, garantirem e protegerem os direitos humanos e o meio ambiente;
- a reforma dos mercados internacionais de alimentos para parar com os abusos do poder de compra das empresas transnacionais de alimentos, de modo que os agricultores e produtores recebam um tratamento justo.

SEIS RAZÕES PARA PARAR COM OS ABUSOS CORPORATIVOS

1. o cacau e a Costa do Marfim agricultores tratados cruelmente pelas empresas globais de alimentos

A Costa do Marfim é o maior exportador de cacau do mundo, tendo exportado £ 60 milhões somente para o Reino Unido em 2003. Quatro empresas incluindo a Cargill e a ADM controlam mais de 90% das exportações e do processamento do cacau da Costa do Marfim.

Um relatório recente mostra que compradores das empresas estão usando seu poder no mercado para diminuir o preço pago aos agricultores do cacau e aumentar a diferença entre o preço do agricultor e o preço no varejo. Os agricultores do cacau estão entre as pessoas mais pobres da Costa do Marfim. O relatório concluiu que "as rendas agrícolas seriam maiores se esses mercados fossem mais competitivos".

Da Costa do Marfim ao Equador e Índia, muitas empresas transnacionais estão rebaixando os preços pagos aos agricultores e aumentando os preços que cobram pelos pesticidas e sementes, envolvidas em práticas de compras injustas ou monopolizando as patentes de sementes. Em consequência, a riqueza está sendo injustamente drenada dos agricultores dos países em desenvolvimento para um pequeno número de empresários dos países desenvolvidos.

Os governos devem enfrentar esse mau uso do poder de compra das empresas na agricultura e nos mercados de alimentos.



ActionAid Reino Unido/ Colhedora de chá, Tamil Nadu, Índia

2. Índia: plantadores de chá e agricultores vendem por preços miseráveis

A queda dos preços do chá tem trazido consequências devastadoras para os agricultores e os trabalhadores das plantações da Índia. Muitas plantações de chá foram forçadas a encerrar suas atividades e os pequenos plantadores de chá estão sofrendo. "Atualmente, com o preço do quilo a 4 ou 5 rupias, não posso mais alimentar minha família... todos aqui estão lutando [para sobreviver]", diz Lakshmi, que planta chá em Tamil Nadu.

O preço pago pelo chá nos leilões caiu 40% no sul da Índia, entre 1998 e 2002. No entanto, os preços pagos pelos consumidores de chá continuam a subir e os acionistas da subsidiária da Unilever, que vende mais de um terço do chá empacotado na Índia, desfrutam de dividendos crescentes.

Embora tenha havido uma queda dramática dos preços pagos pelas empresas transnacionais por mercadorias como chá, café, arroz e açúcar, os consumidores não estão pagando menos por esses produtos. O Banco Mundial estima que os países exportadores de produtos primários perdem mais de £ 53 bilhões por ano por causa da diferença crescente entre os preços do agricultor e os preços no varejo.

Os governos devem enfrentar a crise global das commodities, como chá, café e cacau. As companhias transnacionais devem assumir o compromisso de manter relações equitativas e de longo prazo com os produtores e de pagar preços justos por seus produtos.

3. Brasil criadores de gado leiteiro forçados a abandonar seus negócios

No Brasil, a Nestlé e a Parmalat expulsaram mais de 50.000 criadores de gado leiteiro da cadeia de fornecedores, após terem comprado um grande número de cooperativas de leite brasileiras na década de 1990. Muitos produtores não conseguiram cumprir os novos e estritos padrões impostos por aquelas duas empresas. Por exemplo, os criadores precisavam instalar caros tanques de refrigeração de leite em suas propriedades, porém a maioria deles não podia pagar por esse equipamento.

Com frequência, as empresas transnacionais estabelecem as regras do jogo comercial, decidindo quem vai ser incluído ou excluído de suas cadeias de fornecimento. Ao impor padrões estritos que os agricultores pobres não podem cumprir, essas transnacionais ameaçam a sobrevivência de centenas de milhares de pequenos agricultores.

Os governos dos países em desenvolvimento devem implementar políticas para regulamentar o comércio e o investimento das companhias transnacionais, de modo a beneficiar os pequenos agricultores e as comunidades pobres.

VOCÊ SABIA...

- que de 50 a 85% da população dos países em desenvolvimento trabalham na agricultura?
- que o comércio entre as empresas transnacionais representa cerca de dois terços de todo o comércio mundial?
- que de 64.000 transnacionais somente 1.500 a 2.000 produzem relatórios anuais sobre seu impacto social e ambiental?

4. Índia: abusos contra os direitos das crianças em fazendas de sementes de algodão

As empresas transnacionais têm sido acusadas de se beneficiarem do trabalho infantil em fazendas de sementes de algodão na Índia. Em 2003, estimava-se que 12.000 crianças trabalhavam no fornecimento para empresas subsidiárias de companhias como a Bayer, Monsanto, Syngenta e Unilever. Muitos desses trabalhadores, a maioria meninas de pouca idade, têm menos de dez anos e, muitas vezes, estão expostos a pesticidas perigosos. "O cheiro dos pesticidas me dava vontade de vomitar. No início, fazia meu nariz pingar e dava uma grande dor de cabeça. Depois, me sentia doente e tonta", disse Suhasini Boya, uma trabalhadora de nove anos nos campos de algodão. Uma quantidade cada vez maior do algodão indiano é utilizada nas roupas vendidas nas ruas principais do Reino Unido. Embora essas empresas transnacionais tenham começado a enfrentar esse problema, os ativistas locais afirmam que é preciso fazer mais para parar com a utilização perniciososa do trabalho infantil.

As transnacionais não prestam contas adequadas por seus impactos sociais e ambientais. Com frequência, as leis nacionais de muitos países são de qualidade desigual ou não são cumpridas. Além disso, as empresas transnacionais podem deslocar seus investimentos de um país para outro, para evitar as regulamentações.

As companhias transnacionais devem ser legalmente obrigadas a cumprir suas obrigações de promover, assegurar e proteger os direitos humanos, de acordo com a lei internacional.

AS EMPRESAS E SUAS MARCAS

- 1. Supermercados:** Wal-Mart, Carrefour;
- 2. Processamento:** Nestlé (Tostines e Nescafé), Unilever (produtos Cica e Arisco), Parmalat (creme de leite Glória e molho de tomate Etti);
- 3. Comércio e processamento:** Cargill, ADM, Louis Dreyfus;
- 4. Sementes, herbicidas e pesticidas:** Syngenta, Monsanto, Bayer.

5. Índia: não bastam as iniciativas voluntárias

Nosso trabalho nas comunidades que vivem em torno da fábrica da Coca-Cola em Plachimada, no sul da Índia, tem mostrado os efeitos negativos da extração de água subterrânea pela companhia. Milhares de pessoas ficaram sem acesso à água potável para cozinhar e para suas plantações. Assim, o compromisso da Coca-Cola com a responsabilidade corporativa não foi suficiente para proteger os direitos daquelas comunidades.

A responsabilidade social corporativa a ação voluntária das empresas para melhorar seu desempenho social e

ambiental tem trazido benefícios para algumas comunidades com as quais essas empresas trabalham. Entretanto, essa responsabilidade social é opcional e, muitas vezes, também é insuficiente. O setor agrícola tem relativamente poucos códigos de conduta para responsabilidade social corporativa e a indústria de alimentos tem menos ainda.

Os governos dos países ricos devem assegurar que as empresas transnacionais sejam legalmente responsáveis por seu impacto sobre os direitos humanos e o meio ambiente, introduzindo e fazendo cumprir a legislação de seus países de origem para regular as atividades dessas empresas no estrangeiro.

6. Peru: comunidades injustiçadas

Vinte e quatro crianças morreram na aldeia de Taucamarca, no Peru, em 1999, depois de tomar o leite que havia sido acidentalmente contaminado por um pesticida venenoso. "As crianças gritavam, vomitavam e apertavam suas barrigas. Algumas estavam mortas, outras se contorciam na grama", afirmou uma mulher da aldeia. O pesticida é vendido no Peru por uma subsidiária da Bayer e não tinha um rótulo muito claro. Um relatório de uma Subcomissão do Congresso peruano concluiu, em 2002, que a Bayer e o governo peruano deveriam ser responsabilizadas e indenizar as famílias. Apesar das tentativas de obter justiça, até o momento nenhuma das famílias recebeu qualquer indenização ou assistência.

Quando os direitos das comunidades são violados ou o seu meio ambiente poluído pelas companhias transnacionais, essas comunidades em geral enfrentam grandes obstáculos para fazer cessar os danos e garantir indenizações. Quando o acesso à justiça nacional é difícil, as comunidades podem buscar compensação no país onde a transnacional tem sede ou em nível internacional. Entretanto, essas comunidades enfrentam enormes desafios ao apresentar suas causas e, além disso, os mecanismos internacionais são frágeis.

As comunidades prejudicadas pela atividade das corporações deveriam ter a possibilidade de recorrer à justiça e buscar indenização através de canais locais, nacionais e, quando for apropriado, internacionais. Elas deveriam ser apoiadas na busca de recursos legais e no acesso à assistência jurídica.



Carlos Carvalho/Cooperativa de leite, Santa Catarina, Brasil

AS RECOMENDAÇÕES DA ACTIONAID

Esses exemplos mostram como as atividades de algumas empresas agroalimentares solapam os direitos dos povos e mantêm a pobreza nos países pobres. Muitas comunidades rurais estão se mobilizando para defender seus interesses contra o mau uso do poder por parte de algumas empresas de alimentos. A ActionAid apóia ativamente essas iniciativas, incluindo as cooperativas e as organizações dos agricultores.

Os Estados e as instituições internacionais também têm um papel importante a cumprir. Precisamos de novos mecanismos nacionais e internacionais para nos contrapor aos efeitos negativos do poder de mercado das transnacionais e para assegurar que essas empresas respeitem os direitos humanos. Estas medidas devem contribuir para acabar com os abusos do poder de mercado das empresas e garantir que as comunidades rurais tenham mais poder no sistema alimentar global.

EXIGIMOS DE TODOS GOVERNOS:

1. Reforma da agricultura e dos mercados de alimentos para proteger e promover os direitos dos pequenos agricultores e produtores. Isso vai incluir:

- reforma nas políticas de competição, investimento e comércio, para evitar os abusos do poder de mercado das transnacionais;
- fortalecimento e, quando for o caso, criação de organizações de produtores rurais;
- enfrentamento da crise global das commodities, que afeta as comunidades de pequenos agricultores.

2. Responsabilizar legalmente as empresas multinacionais por seu impacto sobre os direitos humanos e sobre o meio ambiente:

- garantindo que as transnacionais cumpram suas obrigações de promover, assegurar e proteger os direitos humanos, nos termos das **Normas da ONU para as Empresas em Relação aos Direitos Humanos**. Estas normas reúnem os padrões globais existentes sobre direitos humanos, trabalhadores e meio ambiente, e tornam claras as obrigações das empresas;
- introduzindo legislação e padrões mínimos legais para assegurar que as empresas dos países desenvolvidos sejam inteiramente responsáveis por seus impactos no estrangeiro. A legislação empresarial desses países deve ser reformada, para assegurar que todas as suas empresas prestem suficiente atenção a seu impacto sobre as comunidades e meio ambiente. As empresas devem ser responsabilizadas legalmente pelo impacto de suas atividades e investimentos no estrangeiro.



Martin Herring/ ActionAid Reino Unido / Aldeões protestam fora da fábrica da Coca-Cola, Índia



AJUDE A PARAR COM OS ABUSOS CORPORATIVOS!

Junte sua voz às nossas exigências de que os governos e as instituições internacionais garantam que todas as empresas transnacionais respeitem os direitos das comunidades pobres e o meio ambiente.

Participe e obtenha mais informações em www.actionaid.org.br, ou envie um e-mail para campanhacomercio@actionaid.org.br. Seu apoio vai ajudar a fazer uma grande diferença.

Este resumo foi baseado no relatório de políticas da ActionAid Internacional: *Power hungry: six reasons to regulate global food corporations* (Fome de poder: seis motivos para regulamentar as empresas globais de alimentos).

A ActionAid é uma parceria única de pessoas que lutam por um mundo melhor um mundo sem pobreza.

Telefone
21 2524 2586

Fax
21 2524 2586 ramal 112

E-mail
campanhacomercio@actionaid.org.br

Website
www.actionaid.org.br

Secretariado Internacional
Johanesburgo

Escritório Regional da Ásia
Bangcoc

Escritório Regional da África
Nairóbi

Escritório Regional das Américas
Rio de Janeiro

Fundador
Cecil Jackson Cole

Presidente no Brasil
Roberto Kishinami

Diretor no Brasil
Jorge Romano

ActionAid Brasil
Rua Santa Luzia,
651 / 17º andar
20030-041
Rio de Janeiro - Brasil

Entidade beneficente
registrada
Nº 171 134
Janeiro de 2005